

A Importância e Desafio de Construímos uma Economia Centrada nas Pessoas

Na exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*”, o Papa Francisco interpela-nos sobre os desafios do mundo atual e aponta alguns caminhos para a Economia. Inspirado por esta exortação, nesta comemoração dos cinquenta anos da Universidade Católica Portuguesa, gostaria de refletir convosco sobre como podemos construir um modelo económico renovado que consiga dar uma melhor resposta às aspirações dos cidadãos e aos desafios da nossa sociedade.

Em primeiro lugar gostaria de falar-vos da:

1- A Importância de Construímos uma Economia Centrada nas Pessoas

A economia, enquanto área do conhecimento, é a ciência que estuda como organizar os recursos escassos da sociedade para gerar maior prosperidade para os seus membros. A economia, agora enquanto prática na sociedade, é, nas palavras do Papa Francisco, “*a arte de alcançar uma adequada administração da casa comum, que é o mundo inteiro*”¹. Como deverá então ser feita essa administração da nossa Casa Comum?

Ao longo da história, a Humanidade experimentou vários modelos de organização económica, convergindo no modelo atualmente dominante de capitalismo de mercado. Este modelo é caracterizado pela liberdade dos indivíduos nas suas decisões de produção e de consumo, sendo a coordenação económica realizada de forma descentralizada no contexto de mercados, sejam estes livres ou regulamentados. Neste modelo, o preços dos bens são sinais do seu valor, sendo determinados em interação dinâmica entre as escolhas dos consumidores (a procura) e as decisões de produção das empresas (a oferta). Os mercados, de que tanto se fala hoje em dia, são apenas mecanismos descentralizados de coordenação da atividade económica, servindo os interesses e aspirações de todos os cidadãos e entidades que neles participam.

¹ Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco, Vaticano 2013, parágrafo 206.

É importante notar que para chegarmos aqui foi um longo caminho - historicamente houve modelos muito diferentes de coordenação das atividades económicas.

Numa fase pré-capitalismo, a organização económica era determinada essencialmente pela posse da terra, entendida como o recurso mais valioso e escasso no regimes de natureza feudal, e o controlo da terra estava associado ao poder político e militar de uma elite. Neste modelo, a desigualdade económica e social era elevada, a criação de valor reduzida e a prosperidade da sociedade limitada. Este modelo não serve o Bem Comum.

Numa fase embrionária de capitalismo, do século XV ao século XVIII, surgiu o mercantilismo, no qual a atividade económica era centrada na exploração de recursos naturais, havendo uma forte ligação entre as atividades comerciais e o controlo político e militar, criando-se monopólios que permitiam a extração de rendas económicas. Esta época, de nascimento dos impérios coloniais, proporcionou alguns ganhos de prosperidade, mas conduziu à exploração de pessoas e nações para controlo dos recursos, e a um foco na captura de rendas económicas e não na sua criação. Este modelo também não serve o Bem Comum.

No século XVIII surge o capitalismo industrial, génese do modelo atual, baseado na produção em larga escala através de unidades especializadas, havendo uma separação entre os detentores do capital necessário para criar e manter essas unidades produtivas e os trabalhadores que nelas eram empregues. A tensão existente entre quem investia o capital e quem investia a sua força de trabalho conduziu a meio século de competição entre modelos descentralizados de natureza capitalista e modelos de organização coletiva e centralizada dos fatores de produção. Essa competição foi largamente resolvida na década de 80, devido às ineficiências dos modelos centralizados de organização económica e que acabavam subjugados ao poder político.

Assistiu-se assim à dominância do modelo de capitalismo de mercado e a ascensão das grandes empresas, muitas delas multinacionais, como agentes centrais da economia moderna.

No capitalismo de mercado, o foco na criação de valor pela combinação de recursos em unidades produtivas, que beneficiam de economias de escala e de especialização, e a inovação constante motivada pelo dinamismo da concorrência, gerando novos produtos e processos que respondem às necessidades dos consumidores, permite a acumulação de rendas económicas partilhadas pelos investidores, pelos trabalhadores e pelo Estado. Estas rendas

permitem por sua vez o aumento do investimento pelas empresas, permitem a mais cidadãos aceder a bens e serviços essenciais, alargando a base da prosperidade, e permitem o desenvolvimento de um Estado Social, distributivo e regulador dos comportamentos no mercado que reduz fenómenos de exclusão. De facto, os últimos 150 anos foram testemunho da maior criação de riqueza e aumento do bem estar da história da Humanidade, como revelam os ganhos de saúde, educação, e acesso à informação e cultura de que beneficiamos.

Um ponto essencial que gostava de frisar é que a prosperidade conseguida é tanto maior e mais alargada nos seus benefícios quanto associada a uma separação entre a Economia e a Política. O comportamento económico dos cidadãos é livre no contexto da sua atuação em mercados concorrenciais, e o poder público regula a atividade económica mas não a controla. Essa separação é chave da prosperidade das sociedades, pois permite desenvolver um sistema meritocrático, incentiva o esforço e a inovação, promove mecanismos de cooperação e associação para partilha de recursos e ganhos, e impede que uma elite assuma o controlo dos recursos e das rendas económicas e subverta o sistema para seu benefício. Neste modelo, o papel do Estado Social é promover a inclusão social e garantir a provisão de bens públicos em áreas nas quais os mercados falham na geração de ganhos sociais. Este modelo serve o bem Comum.

Ou serviu, até recentemente. Existe uma preocupação crescente, partilhada por muitos, sobre o modelo atual de funcionamento da Economia, preocupação essa que o Papa Francisco salienta na sua exortação:

Todavia não podemos esquecer que a maior parte dos homens e mulheres do nosso tempo vive o seu dia a dia precariamente, com funestas consequências...A alegria de viver frequentemente se desvanece; crescem a falta de respeito e a violência, a desigualdade social torna-se cada vez mais patente.²

O que está a provocar esta situação foi que a partir da década de 80, testemunhámos a ascedência de uma versão de capitalismo que deixou de servir o bem da sociedade. Este modelo assume que o comportamento dos agentes económicos é norteado essencialmente pela procura do interesse próprio com o objetivo de acumulação de riqueza e satisfação pelo consumo, e que este objetivo egoísta pode ser encorajado ao limite pois irá levar a um benefício geral (o chamado efeito de trickle-down). Neste modelo, é dada a primazia ao capital financeiro como principal recurso da sociedade, sendo o potencial retorno desse

² Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, Papa Francisco, Vaticano 2013, parágrafo 52

capital – medido em termos do lucro – utilizado como a métrica central das decisões económicas das empresas e investidores. Ao mesmo tempo houve uma tendência para desregulamentar mercados, em particular no setor financeiro, o qual se tornou o setor mais importante da Economia.

Hoje, passados 15 anos de crises e perdas constantes, temos evidências crescentes que este modelo de capitalismo de vertente financeira carece de renovação pois não está a servir o bem da sociedade. Estas evidências foram expressas pelo Papa Francisco:

54. Neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da «trickle down» que pressupõem que todo o crescimento económico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos factos, exprime uma confiança vaga e ingénua na bondade daqueles que detêm o poder económico e nos mecanismos sacralizados do sistema económico reinante. Entretanto, os excluídos continuam a esperar. Para se poder apoiar um estilo de vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da indiferença.³

A inexistência do efeito de “trickle down” tem levado a uma aumento da desigualdade social e económica. Os países entre si tendem a convergir mas, em cada país, cada vez mais uma elite acumula riqueza em detrimento da grande maioria da população que fica mais próxima do limiar da pobreza, enfraquecendo a classe média. Chegámos a irónica situação, demonstrada num relatório do FMI, de que não só o crescimento sem regras cria desigualdade, mas o subsequente agravamento da desigualdade reduz o crescimento económico futuro⁴. Existe hoje em dia um extremo tal de desigualdade económica que, como revelado o mês passado pela OXFAM, os 8 homens mais ricos do mundo têm tanta riqueza como metade da população mundial – 3.5 biliões de pessoas!

Esta é uma situação de claríssima injustiça, em particular porque não resulta do mérito e esforço de uns face a outros, mas sim, muitas vezes, dos vícios e enviesamentos do sistema através dos quais uma elite consegue manter

³ Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, Papa Francisco, Vaticano 2013, parágrafo 54

⁴ [^] Era Dabla-Norris; Kalpana Kochhar; Nujin Suphaphiphat; Frantisek Ricka; Evridiki Tsounta (June 15, 2015). [Causes and Consequences of Income Inequality : A Global Perspective](#).

artificialmente a sua situação privilegiada, escapar das suas obrigações fiscais, e ignorar as suas responsabilidades sociais.

Além disso, o foco, muitas vezes de curto prazo, na remuneração do capital financeiro leva a decisões de gestão que destroem valor para a sociedade e que prejudicam as pessoas. Por exemplo, em alturas de crise, é comum dispensar trabalhadores para tentar assegurar a estabilidade na remuneração do capital, com o argumento de que se pode voltar a contratar após a crise. Este comportamento, para além de ser miópico do ponto de vista da gestão, não é ético pois coloca o ónus do ajustamento aos ciclos económicos nas pessoas em vez de o colocar na remuneração do capital.

Em síntese, desenvolvemos um modelo económico que teve o condão de nos colocar num patamar de prosperidade ímpar na história da Humanidade e, no entanto, o sistema está a falhar a maioria das pessoas. E ao falhar as pessoas arrisca-se a criar as sementes da sua própria destruição, minando a virtude do modelo capitalista que é a separação entre Economia e Política. O sentimento de que apenas uma reduzida elite recolhe os benefícios da globalização gera descontentamento e esse descontentamento leva à procura de soluções, fáceis e tentadoras mas erradas, e leva à eleição de líderes populistas que alimentam a sua popularidade do sentimento de revolta dos cidadãos. Hoje temos consciência de que o caminho da prosperidade e liberdade é mais estreito e escorregadio do que pensávamos e o precipício ao nosso lado é mais profundo.

Neste contexto, o Papa Francisco apela-nos para dizermos “não a uma economia da exclusão e da desigualdade social” e exorta-nos “a uma solidariedade desinteressada e a um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano”.⁵ Ele escreve:

A crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano... A crise mundial que afeta as finanças e a economia põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios e sobretudo a grave carência duma orientação antropológica...

Está na altura de construirmos um renovado modelo económico que seja centrado nas pessoas e que dê resposta aos seus anseios e aspirações.

Mas o que mudar no sistema e como fazê-lo de forma tranquila e sustentável?

⁵ Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco, Vaticano 2013, parágrafo 58

2- O Desafio de Construímos um Economia Centrada nas Pessoas

Construir uma Economia centrada nas pessoas não é construir uma economia de facilitismos, baixos impostos e subsídios. É construir um modelo económico no qual a pessoa humana e o seu bem estar estão no centro das preocupações dos decisores económicos.

Não é necessário re-inventarmos a roda. Essa orientação antropológica já existe e é praticada num parte da Economia que é a Economia Social. A Economia Social existe para servir as pessoas e famílias, promovendo a cooperação entre os cidadãos em associações para o desenvolvimento de projetos comunitários, promovendo a partilha de riscos e recursos através de mutualidades e cooperativas, e promovendo a solidariedade social através de Associações, Misericórdias e Fundações que constituem o universo das IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social.

Este é um setor com um peso relevante na Economia, tendo mais de 61,000 organizações, 2.8% do valor acrescentado da Economia e 5.2% do emprego total, empregando mais de 200,000 portugueses.⁶ Uma nota especial sobre a existência de uma forte rede de 389 Misericórdias, que são em geral grandes organizações que no seu conjunto empregam 35,000 pessoas e realizam vasta obra social.

Quando durante a crise que vivemos nos últimos anos os mercados falharam, o desemprego disparou para mais de 16% e o Estado Social foi forçado a encolher, foi a Economia Social, através do trabalho dedicado das pessoas em milhares de organizações de missão social que salvou muitas famílias da pobreza extrema e desenvolveu novos serviços para promover a inclusão e reduzir as desigualdades. Quando novos e complexos desafios se levantam à sociedade, como, por exemplo, a integração dos refugiados, é a Economia Social que assume a liderança, criando uma rede - A Plataforma para os Refugiados - que promove respostas colaborativas eficazes, articulando cidadãos, organizações sociais e serviços públicos. Esta é uma economia centrada nas Pessoas.

No entanto a Economia Social defronta desafios. Uma necessidade líquida de financiamento de 412 milhões de euros por ano, dificuldade na atração e formação de quadros médios de gestão, e uma necessidade de renovação dos seus produtos e serviços. Este gap de financiamento tem a ver com o facto de muitos dos serviços não serem de natureza comercial, pois têm um objetivo de inclusão e são dirigidos a públicos que não têm capacidade de pagar, e o Estado

⁶ Conta Satélite da Economia Social 2013, INE e CASES, Dezembro de 2016

tem limitações de financiamento que se irão acentuar no futuro. É necessário encontrar novos modelos de financiamento para a Economia Social, renovar os quadros de gestão e fortalecer a inovação.

Felizmente que essa renovação da Economia Social está já a acontecer através do movimento crescente de inovação e empreendedorismo social.

Os dados do Global Entrepreneurship Monitor de 2016, o maior inquérito mundial na área do empreendedorismo, revela que 3.2% da população Portuguesa em idade ativa está a lançar organizações ou iniciativas de missão social. Isto significa que 160,000 pessoas estão a procurar empreender para criar um mundo melhor. Destes, 60% desenvolvem modelos com algum grau de inovação e um terço das iniciativas desenvolvem ofertas com viabilidade comercial mas privilegiando uma missão social⁷. Este é novo segmento das empresas sociais que está a emergir em toda a Europa e é hoje um foco prioritário para as políticas europeias, orientadas para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Que inovações são estas? Os exemplos são muitos e poderia falar deles durante horas, as quais obviamente hoje não temos. Desde códigos universais de cores para daltónicos, barcos inteiramente movidos a energia solar, canteiros que permitem criar hortas urbanas com baixo consumo de água e espaço, cursos de línguas a baixo custo para emigrantes e refugiados, modelos de promoção de empregabilidade de pessoas em risco de exclusão, ações de promoção de exercício físico e alimentação saudável para crianças, apoio no acompanhamento e qualidade de vida dos idosos, existem numerosas inovações sociais, desenvolvidos por empreendedores sociais Portugueses, muitos delas a ganhar prémios nacionais e internacionais como é o caso da plataforma de inovações em saúde – o projeto Patient Innovation – desenvolvido aqui na Católica.

A maioria destes 160,000 empreendedores sociais são jovens que procuram desenvolver uma carreira que alie a sustentabilidade económica a uma vida com significado e impacto através da inovação ao serviço da sociedade. Mas também há muitas pessoas com larga experiência em empresas que, desiludidas por um modelo económico que não lhes permite expressar a sua vontade de trabalhar para o bem comum, se juntam à Economia Social para encontrarem um novo significado nas suas vidas, trazendo visões diferentes e abordagens novas.

Estes empreendedores sociais e a Economia Social representam um imenso potencial de inspiração, conhecimento e energia que urge aproveitarmos para a

⁷ GEM 2015 Special Topic Report on Social Entrepreneurship; GEM 2016

criação de um modelo de capitalismo mais humano e mais focado na criação de valor para a sociedade. Estes empreendedores sociais estão a dar corpo e alma, com as suas inovações sociais, ao repto lançado pelo Papa Francisco:

O crescimento equitativo exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição de rendimentos, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo.⁸

Mas não podemos ter um sistema económico viável em que os restantes 95% da Economia continuem a trajetória atual, pois a sociedade não será sustentável. Felizmente há sinais de mudança e transformação em toda a Economia.

Muitos filantropos e investidores começaram a desenvolver modelos de investimento em que a preocupação central não é maximizar o retorno financeiro mas sim alcançar impacto social com criação de valor para toda a sociedade, em particular para as pessoas mais vulneráveis e em riscos de exclusão. Esta é a área da filantropia de impacto e do investimento social, uma das inovações mais interessantes atualmente no setor financeiro e sobre a qual já se realizaram até duas conferências no Vaticano para analisar estas inovações e o seu impacto.

Ao mesmo tempo, os líderes e gestores de muitas empresas estão a assumir publicamente uma forte e renovada responsabilidade social, lançando iniciativas internas para gerarem impacto, alterando práticas e modelos para os alinhar com os ganhos da sociedade, envolvendo nesse processo de transformação um conjunto abrangente de stakeholders para além dos seus investidores.

Neste campo, deixo uma palavra de apreço para o trabalho notável da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores – que ao longo de mais de 60 anos tem tido um papel muito relevante no lançamento de iniciativas pioneiras para contribuir para a prosperidade da sociedade portuguesa, promovendo a ética nos negócios e a responsabilidade social das empresas.

Como refere o Papa Francisco:

... A vocação dum empresário é uma nobre tarefa, desde que se deixe interpelar por um sentido mais amplo da vida; isto permite-lhe servir verdadeiramente o bem comum com o seu esforço por multiplicar e tornar os bens deste mundo mais acessíveis a todos.⁹

⁸ Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco, Vaticano 2013, parágrafo 204

⁹ Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco, Vaticano 2013, parágrafo 203

Estes são sinais positivos de que os cidadãos têm em si a vontade de mudança e procuram construir um modelo renovado de capitalismo, mais centrado nas pessoas, na ética, na responsabilidade social de cada um e de todos, para uma administração equilibrada e humana da nossa Casa Comum.

Qual pode ser o nosso papel, enquanto Universidade Católica Portuguesa na construção desta Economia mais centrada nas Pessoas? Esta é a parte final da minha intervenção.

3- O Papel da Universidade Católica Portuguesa

As organizações são perenes, nascem, desenvolvem-se e desaparecem, muitas vezes em menos de uma geração. Algumas organizações, no entanto, encontram um papel essencial na sociedade e as bases da sua sustentabilidade, desenvolvem instituições e renovam-se constantemente. As Universidades estão, historicamente, entre as organizações mais antigas do mundo. Clark Kerr, na sua obra “The Uses of University (1982)”, escreve: “de todas as instituições criadas no mundo ocidental desde 1520 sobrevivem apenas 85. Entre estas está a Igreja Católica, alguns parlamentos, vários cantões suíços e 70 universidades”

É interessante notarmos que só há uma organização mais antiga do que as Universidades – é a Igreja Católica. Pelo que nós, enquanto Universidade da Igreja Católica em Portugal temos uma responsabilidade acrescida no desafio de construirmos uma economia mais centrada nas pessoas.

Tive a honra de integrar em 2016 a Universidade Católica na Católica-Lisbon School of Business & Economics, para desenvolver uma cátedra de empreendedorismo social. Irei falar assim do papel e responsabilidades da Católica-Lisbon, que começo a conhecer, e das áreas da Economia e Gestão.

A primeira dessas responsabilidades tem a ver com o nosso papel de criação e sistematização de conhecimento. Nós académicos, em particular nas Ciências Sociais e Humanas, não somos apenas observadores imparciais de uma realidade que nos é externa e que traduzimos em modelos e publicações científicas. Somos elementos intervenientes e construtores dessa mesma realidade social em que todos vivemos. As ideias são poderosas e as teorias têm consequências no nosso comportamento social e naquilo que consideramos legítimo e apropriado.

Aqui falo em particular sobre as consequências das teorias de economia e gestão, seguindo o argumento desenvolvido pelos meus colegas Ferraro e Sutton da

Universidade de Stanford e publicado na *Academy of Management Review*¹⁰. As teorias económicas dominantes assumem que a procura do interesse próprio é o principal motivador do comportamento das pessoas enquanto agentes racionais. Esses pressupostos depois justificam a definição de contratos, a criação de incentivos, e o desenho das organizações com base na expectativa desse tipo de comportamentos. Essas teorias legitimam assim comportamentos egoístas como sendo naturais e apropriados, apesar de a natureza humana ser bem mais complexa, conciliando o interesse próprio e o amor ao próximo. Criou-se assim um modelo normativo que incentiva a acumulação de riqueza como valor central da sociedade, privilegia o consumo, e premeia os comportamentos egoístas dos agentes económicos, acabando por gerar na sociedade os comportamentos que os modelos prevêm.

Sabemos que esse modelo não representa a natureza humana. É uma caracterização artificial e incompleta com consequências negativas no afastamento de comportamentos altruístas como sendo anómalos na Economia.

Precisamos de desenvolver, na nossa investigação, teorias e modelos que incorporem a verdadeira essência da natureza humana, na sua dualidade de interesse próprio e amor ao próximo, e precisamos de apoiar o desenho de modelos e organizações positivas que procurem equilibrar a sustentabilidade económica, social e ambiental na sua atuação.

É importante também focarmos a nossa investigação nos desafios da economia social e no segmento crescente de empresas sociais, através do desenvolvimento de inovações financeiras e modelos de gestão que permitam conciliar a sustentabilidade económica e o impacto social – modelos de gestão que são mais exigentes mas absolutamente necessários.

A segunda responsabilidade da Universidade Católica tem a ver com o nosso papel central de educadores das atuais e futuras gerações.

A Católica-Lisbon tem desempenhado desde a sua fundação um papel central na formação de executivos e de novas gerações de líderes com comportamento ético que coloquem o bem estar das pessoas e das comunidades no centro das decisões. É importante não só continuarmos o excelente trabalho de formação que tem sido feito com os gestores empresariais mas também focar mais na capacitação dos quadros de gestão de organizações de missão social, um setor

¹⁰ Ferraro F. And Sutton, R; “Economic Language and Assumptions: How Theories can Become Self-Fulfilling”, *Academy of Management Review*, 2005, Vol. 30, Nº 1 – 8-24.

de grande importância para a efetiva construção de um modelo económico renovado. Sei que estamos a aumentar a oferta de cursos de formação executiva para estes destinatários a preços acessíveis, para melhor cumprir esta função.

E temos a missão central de educar as futuras gerações com conhecimento, sabedoria e valores. Muitos jovens Portugueses e cidadãos dos mundo procuram-nos para lhes darmos as ferramentas que lhes permitam desenvolver uma vida plena e de sucesso. Cabe-nos a nós criar as condições para que esse sucesso seja alcançado, não pela riqueza financeira que acumularão ao longo da vida, mas sim pelo impacto positivo que criem na sociedade e pelo significado que encontrarão numa vida plena dedicada à administração sustentável da nossa Casa Comum.

Ainda não conheço bem as outras áreas e unidades da Universidade Católica para poder identificar as muitas contribuições que têm prestado à sociedade. No entanto tenho consciência de que o desafio que enunciei de desenvolver uma Economia centrada nas pessoas, é um desafio coletivo das universidades portuguesas e, de modo muito particular, da universidade Católica, pelos valores cristãos e humanistas que nos inspiram e nos guiam.

Termino com as palavras do Papa Francisco, inspiradoras para todos nós na Universidade Católica Portuguesa, que hoje celebra o seu quinquagésimo aniversário e que tem um missão fundamental a desempenhar na sociedade.

216. Pequenos mas fortes no amor de Deus, como São Francisco de Assis, todos nós, cristãos, somos chamados a cuidar da fragilidade do mundo em que vivemos e de todo o seu Povo¹¹

Obrigado pela vossa atenção e parabéns à Universidade Católica.

¹¹ Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, Papa Francisco, Vaticano 2013, parágrafo 216